

LINGUAGEM, SOCIEDADE E POLÍTICA: DIÁLOGOS COM KANAVILLIL RAJAGOPALAN SOBRE A NOVA PRAGMÁTICA

Por Danillo da Conceição Pereira Silva

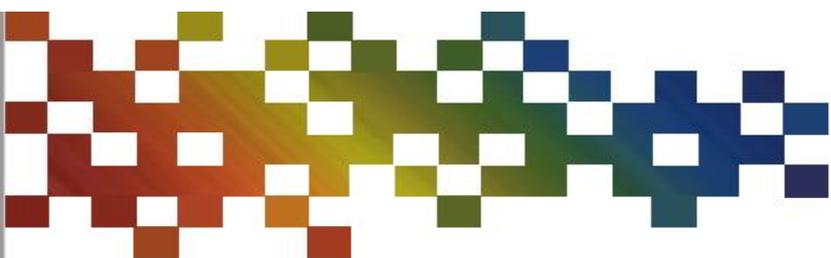
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Universidade Federal de Sergipe

SOBRE O ENTREVISTADO



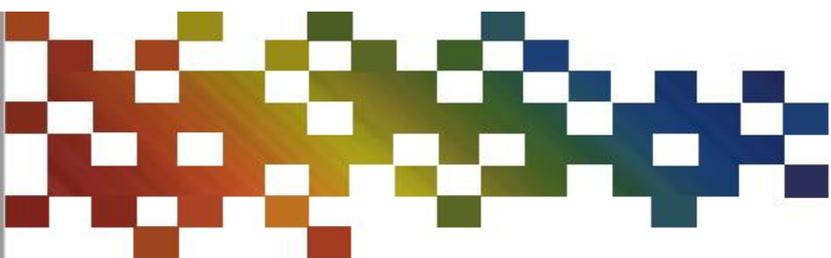
Kanavillil Rajagopalan (“Rajan”) é Professor Titular (aposentado-colaborador) na área de Semântica e Pragmática das Línguas Naturais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador 1-A do CNPq. Participa de programas de pós-graduação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Universidade Federal de Tocantins (UFT - Campus de Porto Nacional). Nasceu na Índia, onde obteve B.A. em Literatura Inglesa (Universidade de Kerala), M.A. em Literatura Inglesa (Universidade de Delhi) e M.A. em Linguística (Universidade de Delhi). Fez Diploma em Linguística Aplicada na Universidade de Edimburgo, Escócia. É Doutor em Linguística Aplicada (PUC-SP) e Pós-Doutor em

Filosofia da Linguagem (Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA). Já publicou 6 livros: *Por uma Linguística Crítica* (Parábola, 2003), *A Linguística que Nos Faz Falhar* (em parceria, Parábola, 2004), *Políticas em Linguagem: Perspectivas Identitárias* (em parceria, Editora da Mackenzie, 2005), *Applied Linguistics in Latin America* (John Benjamins, 2006), *Nova Pragmática: Fases e Feições de um Fazer* (Parábola, 2010) e *Um Mapa da Crítica nos Estudos da Linguagem e do Discurso* (em parceria, Editora Pontes, 2016); colaborou com Yves Lacoste na publicação da edição brasileira do livro *A Geopolítica do Inglês* (Parábola, 2005) e publicou mais de 600 textos (artigos em revistas nacionais e internacionais, resenhas, resumos, capítulos de livros, prefácios, apresentações e textos em anais de congressos), além de ter contribuído com inúmeros verbetes para enciclopédias internacionais na área de linguagem, linguística e filosofia. Desde 1996, atua como um dos editores da revista *DELTA*. Em 2015, foi nomeado um dos editores da revista *WORD* (Nova Iorque). Em dezembro de 2006, recebeu o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz.



SITUANDO A ENTREVISTA

A presente entrevista registra um diálogo estabelecido entre mim e o professor Kanavillil Rajagopalan, Professor Titular na área de Semântica e Pragmática de Línguas Naturais do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. A ênfase da nossa discussão recaiu sobre a proposta de uma Nova Pragmática, como por ele cunhada e defendida nas últimas décadas, suas perspectivas epistemológicas, seus desdobramentos críticos e suas inflexões políticas. Dentre outras coisas, ficou demarcado como fundante para tal abordagem dos estudos da linguagem o afastamento de uma tradição de pensamento logicista e positivista para pensar os problemas de linguagem, como amplamente adotado por perspectivas tradicionais em Pragmática, em específico, e em Linguística, em geral. Desse modo, ao assumir a linguagem como constitutivamente social e política, assim implicada na vida de sujeitos concretos, em seus modos de agência mais diversos e em suas identidades, a Nova Pragmática se põe aberta ao diálogo com diferentes campos dos estudos da sociedade, a exemplo da Sociologia e da Antropologia, assumindo uma postura abertamente crítica e engajada frente aos problemas sociais cujas dimensões de linguagem em uso investiga. Em linhas gerais, abordamos a relação entre a Teoria dos Atos de Fala de Austin e o duelo entre interpretações formalizantes e críticas, as implicações entre linguagem e identidade, as relações entre ato de fala e texto, as confusões na interpretação da intencionalidade do sujeito, a negativa influência de modelos objetivistas e utilitaristas de ciência nos estudos da linguagem, a Nova Pragmática como uma perspectiva descolonial, as intervenções políticas na linguagem por parte dos ativismos linguísticos de gênero e sexualidade, e, por fim, as dimensões éticas do ato de fala frente ao acirramento dos discursos de ódio, das violências linguísticas e de discursos populistas no atual momento político do Brasil.



UM DIÁLOGO COM RAJAN OU A ENTREVISTA

Danillo: Professor, gostaria de iniciar essa entrevista tocando num ponto talvez já bastante sustentado em suas publicações, mas que certamente desperta a curiosidade daqueles que adentram os umbrais dos estudos pragmáticos. “Nova Pragmática”: o que poderíamos identificar como “novo” nessa abordagem, em relação à Pragmática Linguística tradicionalmente praticada no Brasil, quase sempre pensada numa relação de concorrência com a Semântica e a Sintaxe? Qual a importância desse exercício de identidade para o campo?

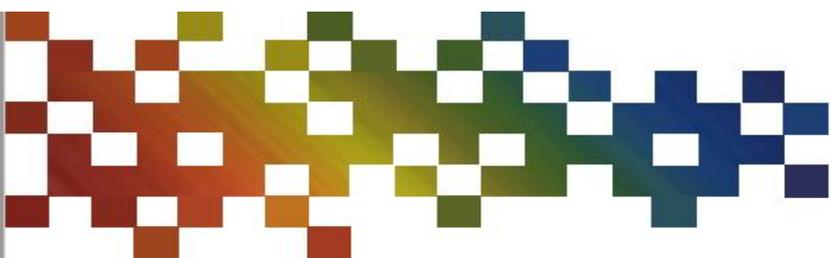
Rajan: A novidade da “Nova pragmática” está no fato de ela ter conseguido se desvencilhar das amarras herdadas da sua trajetória que se inicia no trabalho de Charles Morris, tido como o Pai da tríade semiótica ‘Sintaxe – Semântica – Pragmática’, que efetivamente deixou o componente da Pragmática com as “sobras” que os outros componentes “mais nobres” não conseguiam solucionar.

Entre esses problemas, um tanto “vexatórios”, estão os casos em que a aplicação direta das leis lógicas binárias não produzia os resultados satisfatórios – como na seguinte sequência dialógica:

A: “Soube que você trabalha na mesma sala que o fulano”.

B: “Não. É o fulano que trabalha na mesma sala que eu”.

(Esse exemplo foi retirado de uma polêmica em que me envolvi com meu colega Prof. Rodolfo Ilari, polêmica essa que se encontra publicada numa série de três textos reunidos numa mesma publicação, a saber, (1) Ilari, Rodolfo (1983 / 1987a). Dos problemas de imperfeita simetria. *Ensaios Linguísticos*, n. 9, 1983, pp. 94-120. Republicado em *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp, n. 13, 1987. pp. 49-65; (2) Rajagopalan, Kanavillil (1987). Quando “2+3” não é igual a “3+2”: a semântica e a



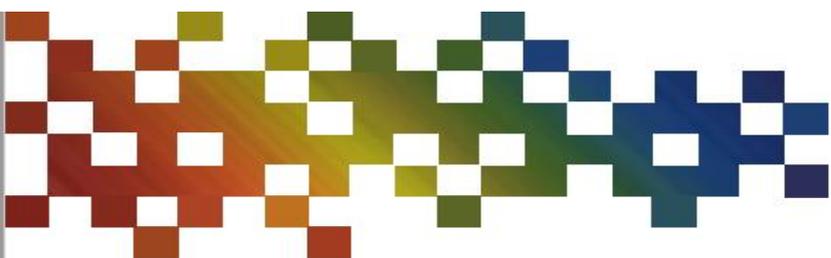
pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp, n. 13, pp. 67-96; e (3) Ilari, Rodolfo (1987b). O que fazer quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp, n. 13, pp. 97-105).

Morris foi sabidamente impulsionado por um desejo de reconciliar o positivismo lógico com o empirismo de orientação bahaviorista.

A Nova Pragmática lança um novo olhar sobre a linguagem. Ela encara a linguagem sob o prisma de ação humana, adotando assim uma abordagem “outside – in” no lugar da tradicional “inside – out”. E, ao fazer isso, tira os estudos pragmáticos da forte influência costumeira da filosofia e da lógica e promove um realinhamento dos mesmos com os avanços nas áreas como a sociologia, a antropologia etc.

De certa maneira, podemos caracterizar essa guinada como uma medida tardia, sobretudo se considerarmos a própria origem da palavra “pragmática” (diferentemente do termo “pragmática”). De raiz grega, a palavra *pragmata* é usada no sentido de “coisas”, ou melhor ainda “troços”, no grego moderno. Ou seja, refere-se a objetos da vida cotidiana. Para lidar com esses objetos da vida corriqueira, é muito mais interessante perguntar o que os usuários desses objetos comuns fazem na sua vida do que inquirir qual a essência de cada coisa em pauta etc. – o tipo de indagação que é de interesse do filósofo.

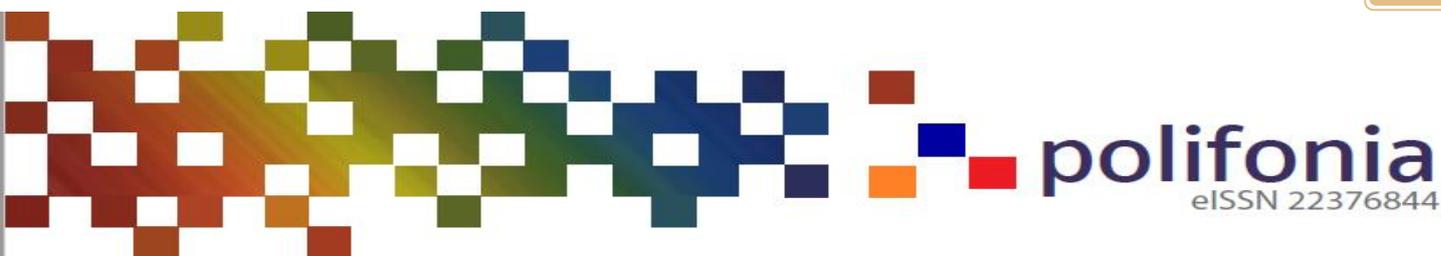
Danillo: Em mais de um trabalho de sua autoria, é possível se ler, direta ou indiretamente, que a Nova Pragmática é um empreendimento crítico. Desse modo, pensando na polissemia do referido termo e suas múltiplas filiações na sociologia e na filosofia a correntes de diferentes orientações, a exemplo da Escola de Frankfurt, em que sentido podemos dizer que o fazer em Nova Pragmática é um fazer crítico? Há alguma filiação específica nessa posição?



Rajan: A guinada que eu mencionei na resposta anterior, da filosofia para a antropologia e a sociologia, sinaliza também a aproximação com a vertente crítica. Convém lembrar que os grandes nomes da Escola de Frankfurt como Adorno e Horkheimer eram sociólogos. A Nova Pragmática aborda a linguagem humana como um trabalho coletivo. O fato de a linguagem ser social é rigorosamente entendido como CONSTITUTIVAMENTE social. Ou seja, contemplar a linguagem independentemente do seu caráter social (como preferem fazer muitos) é estudar um esqueleto com o intuito de compreender o funcionamento de um organismo vivo em sua plenitude. Sendo a nossa atuação na linguagem um ato impreterivelmente de cunho social, o que nós falamos tem desdobramento na sociedade. Em outras palavras, a nossa fala é sempre interventora nos rumos da sociedade. E nesse sentido é também eminentemente POLÍTICA. Daí a suma importância de não se esquivar do nosso posicionamento crítico.

Danillo: Sendo assim, quais as relações de aproximação e/ou afastamento entre o trabalho epistemológico desse campo e o de outras abordagens como a Análise Crítica do Discurso (ou Análise de Discurso Crítica) e a Linguística Aplicada Crítica ou Linguística Aplicada Indisciplinar?

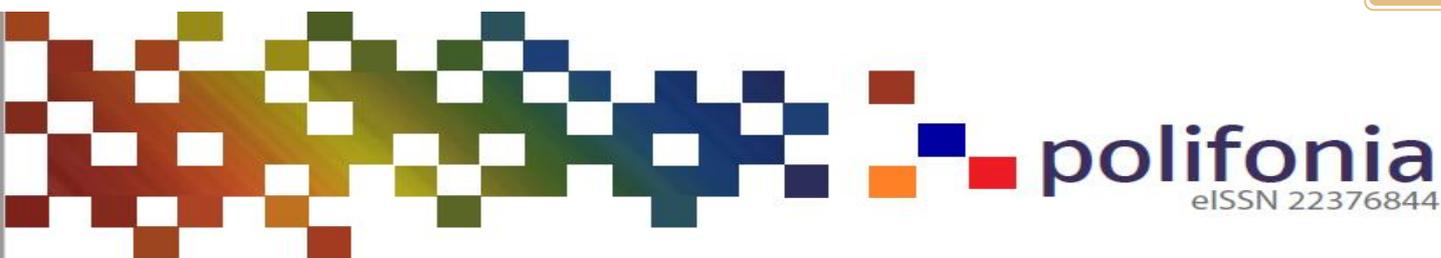
Rajan: É muito difícil falar em diferenças e semelhanças entre grupos de pesquisadores tão heterogêneos. No entanto, é possível afirmar que todos eles são movidos por um desejo de fazer com que seus trabalhos repercutam na sociedade, em especial em prol daqueles que mais necessitam das propostas emancipatórias. Agora, as diferenças começam a pipocar quando se pergunta: o que o pesquisador traz como premissa do seu trabalho investigativo? Pois, as premissas servem de base para assunções que não são, via de regra, submetidas a qualquer sorte de questionamento. Daí o perigo de uma proposta que tem a pretensão de ser crítica e emancipatória, cair no abismo de uma doutrina fechada. Eu prefiro comparar um trabalho genuinamente crítico a um jogo em que, ao mesmo tempo que você joga, você também se esforça para reformular as regras



do próprio jogo. Isso pode parecer algo impossível de se fazer. Ou seja, o maior entrave no caminho do investigador crítico é a sensação de *stasis*, ou a crença de que as regras estão aí para sempre e que quem está a fim de alterar as regras do jogo tem que primeiro sair do jogo para contemplá-lo do lado de fora. Afinal, o jogo ao qual estamos nos referindo se chama VIDA.

Danillo: Do meu ponto de vista e de boa parte dos que lidam com Pragmática no Brasil hoje, uma das grandes contribuições legadas pelo seu trabalho, juntamente com aquelas e aqueles que formam suas redes de colaboração no grupo de pesquisa *Linguagem e identidade: perspectivas pragmáticas*, no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, ao longo das últimas décadas, diz respeito à revisitação e reinterpretação da proposta dos atos de fala de John Langshaw Austin, a qual teria sofrido, além de uma “domesticação”, uma “sacralização” no interior da Teoria dos Atos de Fala proposta por Searle. Em sua visão, o que há de mais potente na perspectiva de linguagem subjacente à teoria dos atos de fala de Austin e quais as consequências, inclusive políticas, para o campo hegemônico da Linguística, ao ter recepcionado de forma acrítica o pensamento de Searle?

Rajan: Você tem toda a razão quando aponta a importância das reflexões austinianas na formação das minhas reflexões sobre linguagem e como o *establishment* filosófico fez todo um gigantesco esforço, capitaneado por John Searle, para “conter os estragos” (*damage control*) que leituras não-policidadas do texto austiniano certamente iriam provocar. Essa segunda questão me fez encarar a própria academia como um espaço nem sempre tão livre como se alardeia. Fiquei impressionado pela forma como vozes dissidentes são silenciadas e marginalizadas. Na época em que passei alguns dias em Berkeley, Califórnia, fiquei estarecido com nomes como Derrida serem sumariamente tratados como *persona non grata*, só porque defendiam teses que destoavam da posição oficial da casa. De lá pra cá, mudou muito. Fora dos arraiais da Filosofia Analítica, há um consenso de que as reflexões de Austin têm um alcance muito maior e que têm



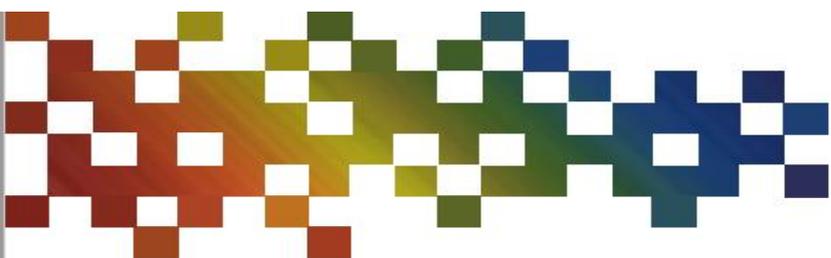
impacto direto em muitas áreas como os estudos de literatura, de direito, de sexualidade, de gênero, de epistemologia das ciências, e por aí vai.

As reflexões desenvolvidas por Austin têm muito mais a ver com as nossas vidas contemporâneas do que a interpretação caricatural que Searle fez a partir delas.

Enquanto Searle se esforçou para recolocar tais reflexões do mestre nos trilhos da velha filosofia analítica, Austin foi muito mais atento às complexidades da vida tal qual as pessoas de carne e osso a levam, e as vicissitudes que elas enfrentam no caminho. Somos, todos nós, o que FAZEMOS das nossas vidas. As nossas identidades não são frutos de um desígnio alheio ou das forças do além, mas da nossa própria vontade de ser. A própria noção de ser é muito mais uma questão de querer ser, muitas vezes controlada ou sufocada pelo que outros querem que sejamos. Daí a emergência da política de identidade que frequentemente passa por uma luta por espaço e liberdade de sermos o que desejamos ser. O trabalho pioneiro de Judith Butler pode ser resumido como uma exploração desse aspecto das reflexões austinianas.

Danillo: Pensando nessas colocações que o senhor acaba de fazer, como poderíamos pensar, então, as relações entre linguagem e identidade, desde uma visada pragmática?

Rajan: Uma das primeiras lições que aprendemos das reflexões de Austin é a de que, quando falamos qualquer coisa, quando marcamos nossa presença e participação na linguagem, estamos agindo socialmente e nos posicionando perante quem quer que seja. Ou seja, ao fazer isso, estamos inescapavelmente revelando quem somos. Nossas identidades estão sendo formuladas e reformuladas na e pela linguagem. E, nesse processo, a sociedade tem participação efetiva. Nós não falamos; somos seres falados, como dizia Heidegger. Pela mesma lógica, no fundo, no fundo, nós não nos identificamos em nossas falas; somos identificados. O processo inteiro é POLÍTICO, de cabo a rabo.

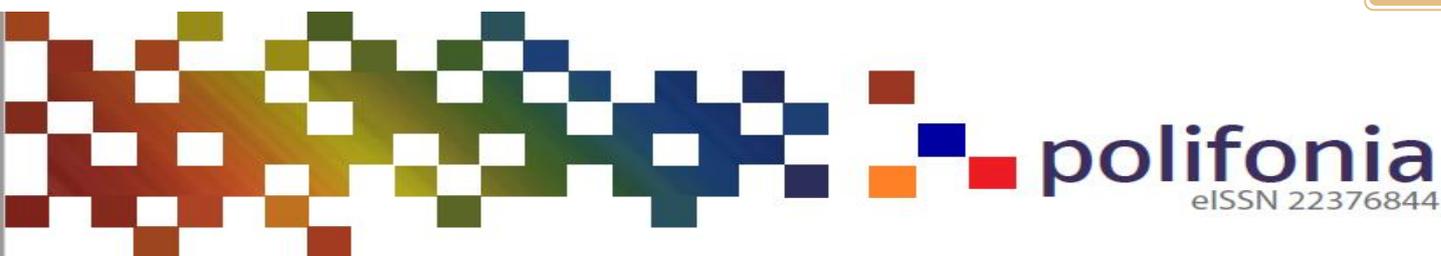


Danillo: Professor, durante minha formação como linguista, mais de uma vez ouvi e li, em manuais da área, aulas e afins a premissa segundo a qual a grande fronteira que separaria uma visão pragmática da linguagem e abordagens como as análises do discurso seria o “nó” da “intencionalidade do sujeito”. Segundo essa crença, a pragmática lidaria com um usuário da língua plenamente racional e, assim, imune às influências das estruturas sociais, e as análises de discurso, por sua vez, partiriam de um sujeito interpelado, clivado, influenciado por determinantes macrossociológicos, a exemplo das ideologias. Como o senhor caracterizaria essa crença amplamente difundida no campo dos estudos da linguagem e como está posta a relação sujeito, linguagem e sociedade na Nova Pragmática?

Rajan: Existe um ditado em inglês que diz “Give a dog a bad name and hang him”. Ou seja, você atribui certas características, presumivelmente negativas, a algo que você quer massacrar; o resto se torna relativamente fácil. O que raramente se pergunta nesses casos é se a característica atribuída é algo da ordem definidora daquilo que você quer desprezar.

Considere o seguinte. Uma abordagem da linguagem que não abre mão da natureza social desta não reconhece o indivíduo como fonte e dono da locução e, portanto, chega a ser perverso insistir que ela gire em torno da intenção do sujeito-falante.

Agora, tem um outro aspecto dessa alegação que é ainda mais grave. A questão tem a ver com o termo ‘intencionalidade’. Ele tem dois sentidos totalmente diversos um do outro. Primeiro, o sentido comum. Significa ‘a propriedade de ser algo proposital ou deliberado’ (ou, ter uma ‘intenção’ por trás). Porém, o termo também tem um outro sentido, desta vez ‘técnico’ e de origem na filosofia medieval e retomado, em tempos mais recentes, por estudiosos como Edmund Husserl e Franz Brentano (mais recentemente ainda, por John Searle, em seu livro *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*). Como termo filosófico, a intencionalidade se refere a uma tese sobre os ‘estados mentais’: a de que eles estariam direcionados a determinados objetos

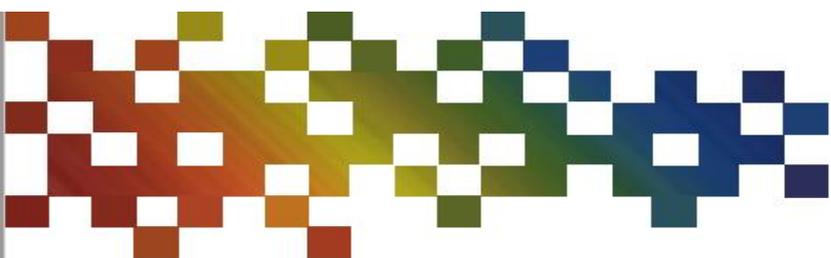


ou estados de coisas no mundo real. Se alguém achar que isso por si só compromete Husserl, Brentano, ou Searle e condena cada um deles a um mundo pré-freudiano de sujeito cartesiano e suas intenções, é puro delírio e resultado de uma confusão de um termo eminentemente técnico e sua acepção no uso corriqueiro.

Danillo: Professor, um ponto que me parece tomado como dado nas pesquisas desenvolvidas em Nova Pragmática que tenho acompanhado, inclusive na que eu mesmo tenho desenvolvido aqui na Universidade Federal de Sergipe, é aquele que diz respeito à relação entre ato de fala e texto, especialmente quando partimos para as análises em nossos trabalhos. Uma vez que o foco de interesse das pesquisas recai na compreensão do modo como a linguagem, enquanto forma de ação politicamente implicada, participa da vida social e, assim, circula entre sujeitos em diversos contextos, poderíamos pensar no texto como forma semiótica assumida pelos atos de fala? Haveria alguma indicação de leitura em sua obra para pensarmos tal relação?

Rajan: Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Já discuti isso em alguns textos que escrevi. (Por exemplo: 'Performativity and the claims of scientificity of modern linguistics' (*D.E.L.T.A.*, 28:1, 2012, p. 85-103), 'Linguistics as a performative science'. Em: Vian, Jr, Orlando; e Caltabiano, Cida (Orgs.). (2013). *Língua(gem) e suas múltiplas faces – Estudos em Homenagem a Leila Barbara*. Campinas: Mercado de Letras. pp. 27-36. 'Linguística Textual e Pragmática: Texto, contexto e pretexto'. Em: Souza, Edson de; Penhavel, Eduardo; e Cintra, Marcos. (2018). *Linguística Textual: interfaces e delimitações: Homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch*. São Paulo: Cortez. pp. 233-257). Há, sem dúvida, pontos de convergência entre a teoria dos atos de fala e algumas vertentes de semiótica, como você acertadamente alude.

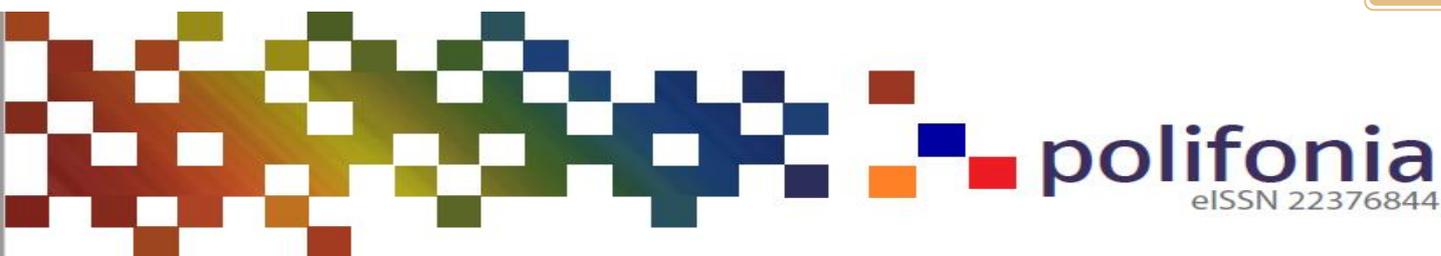
Danillo: Uma discussão que tem ganhado fôlego no campo das ciências humanas na atualidade é a reflexão sobre o modelo utilitarista e objetivista de produção do



conhecimento importado das ciências “exatas” e “naturais” para o campo das humanidades. Inclusive disciplinas que têm em seu nome e em seu projeto implicações sociais estão fortemente influenciadas por tais perspectivas, a exemplo de abordagens variacionistas da Sociolinguística, a ponto de serem amplamente esvaziadas de qualquer ímpeto crítico ou contestatório ao lidar com questões de linguagem que evidenciam violências, desigualdades e relações de dominação/resistência. Do ponto de vista das metodologias possíveis para o encaminhamento de propostas de pesquisa dentro do escopo da Nova Pragmática, especialmente no que concerne às relações entre pesquisadoras/es, teoria, participante(s), geração e interpretação de dados, quais pontos de reflexão principais o senhor poderia nos encaminhar, especialmente a fim de escapar da tendência acima relatada?

Rajan: Você está acenando para algo de grande relevância para os nossos dias, quando as pessoas, alguns estudiosos entre elas, se deixam influenciar pelo ‘marketing terminológico’ de determinados termos empregados na ciência. E, pior ainda, caem no engodo de se convencer de que a mera presença do termo na terminologia garante o cumprimento da promessa aludida pelo termo. A vertente variacionista da Sociolinguística, à qual você se refere na sua pergunta, teve que lidar com a própria presença do pesquisador em meio a seus informantes e suas possíveis influências sobre os resultados obtidos. A recomendação de Labov de tornar a presença do entrevistador o menos intrusivo possível sintetiza uma solução patética para um problema inexistente, alimentado por uma forma insensata de encarar as ciências humanas e sociais! O desejo de conduzir as pesquisas nas áreas de atuação humana nos mesmos moldes das pesquisas feitas sobre universos em que esses humanos são substituídos por átomos e moléculas é algo lamentável e, na verdade, denuncia um complexo de inferioridade e desejo de ser premiado com o título de ‘cientista’ a qualquer custo.

Em pesquisas nas áreas humanas, a presença do pesquisador não é algo a ser escondido ou idealmente eliminado por artifícios malabarísticos. Ela precisa ser plenamente reconhecida e conscientemente valorizada. O pesquisador precisa estar ENGAJADO



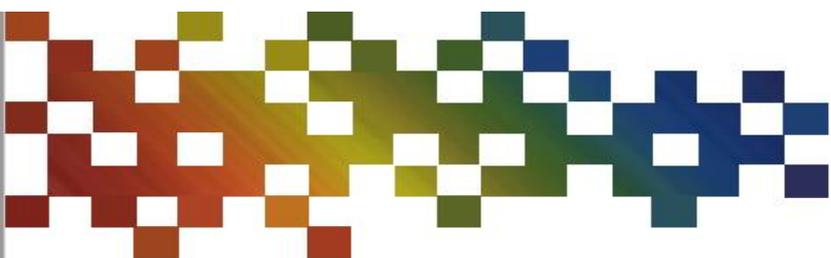
com seus informantes, transformando-os em partícipes da pesquisa. Isso, por sua vez, abandona a cartilha de comportamento recomendado nos velhos tempos, em que se dizia que o informante deve ser abordado como mero “fornecedor de dados brutos” e nada mais.

Danillo: Em um artigo publicado em 2016 na revista *DELTA*, as professoras Claudiana Alencar e Dina Ferreira, ambas da Universidade Estadual do Ceará, propõem uma leitura da sua obra em torno da teoria dos atos de fala, e da Nova Pragmática como um todo, como parte de um movimento descolonial, fruto da emergência de Epistemologias do Sul, as quais investem sua força em elaborar narrativas emergentes sobre a vida social, a despeito daquelas perspectivas eurocêntricas, calcadas em formas de hierarquização das vidas humanas, já cristalizadas. Em sua visão, como os estudos em pragmática têm se construído como parte de uma empreitada anticolonial?

Rajan: Acredito que o campo da pragmática tem demonstrado bastante empenho em se livrar da herança maldita do colonialismo e sua visão eurocêntrica.

Cito, a título de exemplo, o trabalho de Searle. Com base em sua convicção de que se algo vale para uma língua qualquer, deve valer igualmente para todas as demais línguas (uma tese que carece de comprovação!), Searle universaliza suas afirmações sobre os atos de fala, entre os quais os de promessa, juramento etc., fazendo vistas grossas ao fato fartamente comprovado de que esses atos são altamente sensíveis a fatores culturais como relações sociais, senso de religiosidades, e por aí vai.

Está aí para sustentar meu argumento acima o excelente livro *Speech acts and speech events in African languages*, organizado por Gabriele Sommerand e Clarissa Vierke (Köln: Köppe, 2011), livro esse que tive a oportunidade de resenhar (Word, 2015, v. 61, n. 3, p. 285-288).



Danillo: Com o crescente processo de reflexividade por parte de sujeitos posicionados em regiões subalternas da existência, especialmente em consequência de determinantes de gênero e sexualidade, tem havido um movimento de militância e intervenção política em diversas esferas da vida social, e uma delas é a linguagem. Em nome de um ativismo linguístico que contesta as normatividades de gênero desde a estrutura da língua, altamente machista e androcêntrica, sujeitos têm promovido “intervenções”, “imundícies verbais”, como afirmam Rodrigo Borba e Adriana Lopes, em artigo publicado na *Linguagem & Ensino*, a exemplo da promoção de uma linguagem inclusiva calcada na neutralização de estruturas morfológicas que fixam lugares de gênero universalistas e excludentes, a exemplo de construções como “professor@s” ou “professorxs”, ou ainda escolhendo letras do alfabeto não marcadas em termos de gênero, a exemplo de “todes”, “amigues”. Sem sombra de dúvida, tais políticas são questionadas por muitas/os linguistas e por instituições formais de regulação do uso da língua, a exemplo das universidades, exatamente porque acirram disputas em torno do que seja a língua e qual sua relação com a realidade material dos sujeitos que a utilizam. Como um influente pensador das políticas linguísticas e suas inflexões na atualidade, inclusive das questões relativas ao tão debatido “politicamente correto”, de que modo o senhor encara essas “ocupações linguísticas” no influxo das dinâmicas e disputas sociais atuais?

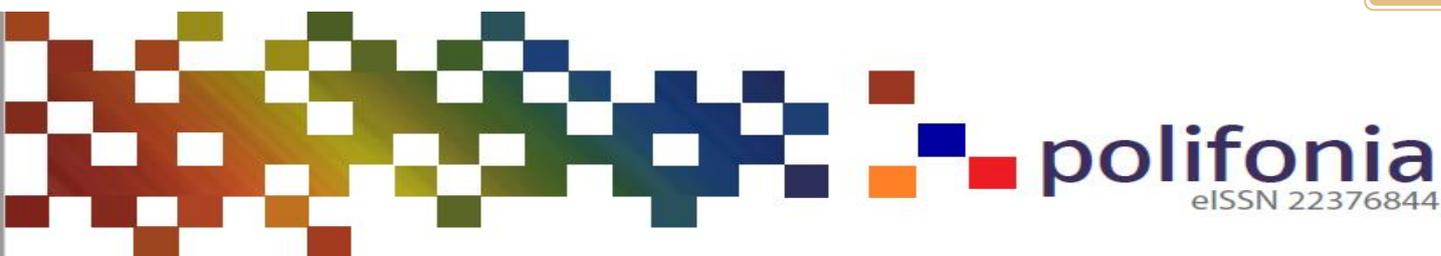
Rajan: Vejo com bons olhos. As minorias e os grupos minorizados não podem abrir mão do seu direito e dever de botar a boca no trombone e romper com o véu de silêncio imposto a eles ao longo dos tempos. O conceito de ‘língua’ foi sequestrado durante muito tempo para servir a este ou àquele interesse oculto.

É preciso e urgente retomar a discussão sobre quem tem a posse da língua. Não basta simplesmente apontar para as correlações entre formas de uso de língua e fatores “extralinguísticos” como uma explicação. A verdadeira explicação deve procurar entender: Por que as coisas vieram a ser assim? Por que as coisas não podem ser pensadas de forma diferente?



Danillo: Professor, penso que uma das consequências imediatas de se tomar a linguagem como forma de ação humana é instaurar uma esfera ética em torno do dizer. Ou seja, abrir nossos discursos mais cotidianos e mais aparentemente descompromissados à avaliação, ao julgamento e à questão da responsabilidade pelo ato de fala. Foi pensando nessa direção, à luz da obra de Austin e das leituras de Jacques Derrida, que a própria Judith Butler erigiu boa parte de suas reflexões em *Excitable Speech: a politics of the performative*, e em outras obras, em torno do ato de fala e de suas consequências. Em tempos de acirramento das violências nos mais variados espaços de interação, inclusive naqueles digitais, e de legitimação do discurso de ódio contra minorias sociais no Brasil, inclusive por vias institucionais, como nos mostrou a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república por vias formalmente democráticas, em 2018, como o senhor vê a relação entre ato de fala e responsabilidade e qual o papel em potencial dos/as pesquisadores/as dos estudos da linguagem e, em especial, da pragmática, ante esse cenário?

Rajan: A questão toda é muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Em primeiro lugar, abraçar uma postura ética não significa dividir o mundo entre os mocinhos e os bandidos, entre o Bem e o Mal. Eu tenho desconfiança do discurso vigente de que estamos sendo varridos por uma retórica de populismo. Se populismo se resume a uma vontade de se dirigir ao povo, numa linguagem que ele entende, não vejo nada de errado nisso. Não estou, por meio deste argumento, querendo isentar a onda de populismo que atravessa o mundo de qualquer responsabilidade em fomentar ideologias monstruosas como ódio a outros disfarçado de nacionalismo, xenofobia, racismo, homofobia e assim por diante. Meu argumento é de que, ao condenar o populismo, devemos ter o cuidado de não desprezar também a linguagem popular que eles empregam para falar com as massas. Falar com as massas em linguagem que elas mais entendem não é algo a ser ridicularizado. O intelectual precisa perguntar, vez por outra, se sua insistência em discursar numa linguagem rebuscada (a exemplo do notório



juridiquês, que deixa passar incólume cada troca de farpas entre os magistrados, desde que se prefaciem suas interjeições com a famigerada “data venia”) não aliena cada vez mais o público leigo e faz as pessoas começarem a acreditar que se trata de uma gigantesca armação, com a intenção de ludibriá-las e cegá-las a respeito da pobreza das suas ponderações.

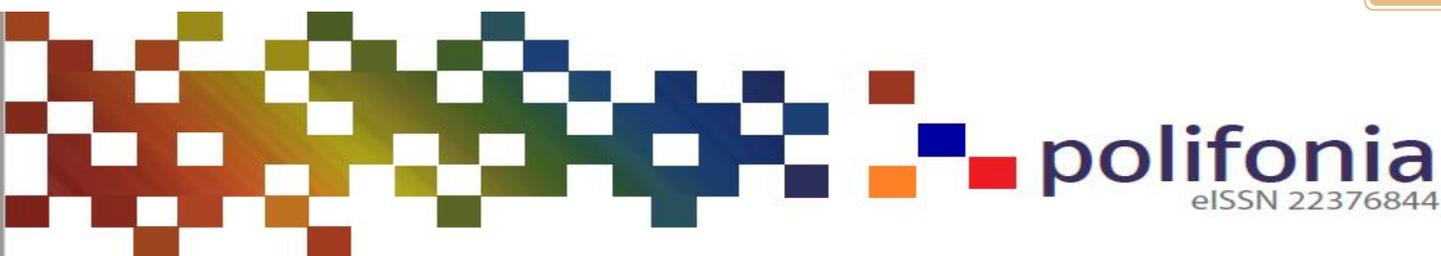
Em verdade, boa parte do fracasso da dita tese progressista pode ser atribuída a certo elitismo que se instalou a respeito do seu discurso em meio ao público leigo e consequente isolacionismo que tal atitude gerou em relação aos anseios populares. Pensando bem, não passa muito distante do preconceito contra os leigos e suas crenças que tanto distancia o linguista da sociedade ampla e dificulta sua atuação em assuntos de interesse político como o planejamento linguístico – assunto esse que foi o tema do livro *A Linguística que nos faz falhar* (Lopes da Silva, Fábio Luiz, e Rajagopalan, Kanavillil (2004). São Paulo, Parábola).

É preciso procurar entender onde é que está havendo as fissuras, as rupturas. Só então é que se pode falar em reparos e correções de rumo, tão necessários para sairmos do presente impasse.

SOBRE O ENTREVISTADOR



Danillo da Conceição Pereira Silva é professor efetivo de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Doutorado (em curso) em Letras, com ênfase em Linguística Aplicada, na linha “Linguagem: identidade e práticas sociais”, e Mestrado em Letras, ênfase em Estudos Linguísticos, com dissertação sobre linguagem, performatividade e violência linguística de motivação transfóbica, no escopo da Nova Pragmática, ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS). É especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Possui licenciatura



em Letras Vernáculas pela UFS. Atualmente, desenvolve estudos sobre a relação entre linguagens, (pós-) identidades e marcadores sociais da diferença, com ênfase em abordagens críticas e indisciplinadas que investiguem a participação do discurso nas questões de gênero, raça e racismo, sexualidade, violências, (ciber)ativismos e direitos humanos, em perspectivas performativas, decoloniais e *queer* dos estudos da linguagem.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C.; FERREIRA, D. Rajagopalan interpretando Austin: descolonialidades na Nova Pragmática do hemisfério sul. *D.E.L.T.A.* [online], v. 32, n. 3, p. 613-632, 2016.

BORBA, R.; LOPES, A. Escrituras de gênero e políticas de diferença: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 21, n. esp., VIII SENALE, p. 241-285, 2018.

ILARI, R. Dos problemas de imperfeita simetria. *Ensaio Linguístico*. n. 9, p. 94-120, 1983.

ILARI, R. O que fazer quando “2+3” não é igual a “3+2”: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp, n. 13, p. 97-105, 1987.

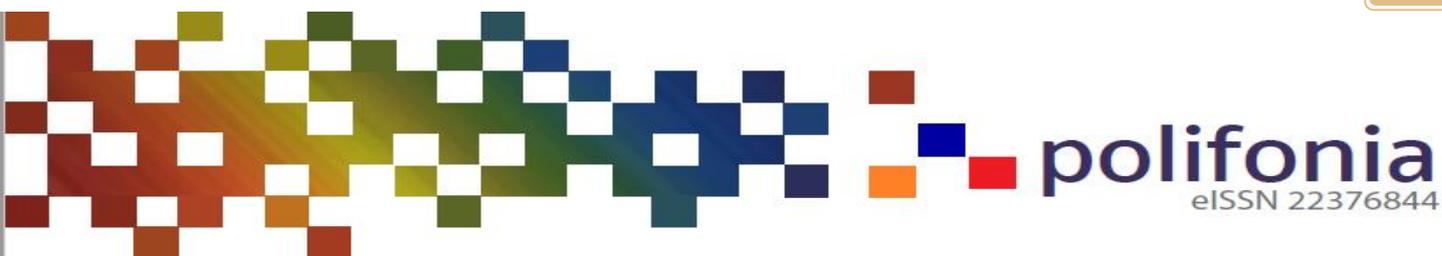
LOPES DA SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. *A Linguística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.

RAJAGOPALAN, K. Book review: Speech acts and speech events in African languages. *Word*, v. 61, n. 3, p. 285-288, 2015.

RAJAGOPALAN, K. Linguística Textual e Pragmática: Texto, contexto e pretexto. In: SOUZA, E.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. Homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2018. p. 233-257.

RAJAGOPALAN, K. Performativity and the claims of scientificity of modern Linguistics. *D.E.L.T.A.* 28:1, p. 85-103, 2012.

RAJAGOPALAN, K. Quando “2+3” não é igual a “3+2”: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp, n. 13, p. 67-96, 1987.



RAJAGOPALAN, K. Linguistics as a performative Science. In: VIAN JR, O.; CALTABIANO, C. (Orgs.). *Língua(gem) e suas múltiplas faces – Estudos em Homenagem a Leila Barbara*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 27-36.

SARLE, J. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SOMMERAND, G.; VIERKE, C. *Speech acts and speech events in African languages*. Köln: Köppe, 2011.